

e-books

NÚCLEO DE FORMAÇÃO

A detailed illustration of a medieval city scene. In the background, a large stone castle with multiple levels of battlements and arched windows stands on a hill. The foreground shows a busy street with several people in period clothing. A man on a horse is moving through the crowd, and a woman is carrying a large bundle. The overall atmosphere is historical and bustling.

Filosofia
Política 3



1.0 Ordem Fechada X Ordem Infinita

Qual é o movimento, isto é, a dinâmica da função representativa e das Instituições representativas? Primeiro é preciso entender a amplitude da Ordem que é representada por meio das Instituições. Há um caráter retilíneo que é exigido para definir o modo adequado de pensar a Ordem e o modo inadequado de pensar a Ordem.

O modo inadequado é tomar a Ordem como um conceito fechado, encerrado em si mesmo, sem qualquer reconhecimento da diferença e da alteridade. É uma visão gnóstica da Ordem, o que sustenta o projeto totalitário de mundo e de cosmo. É, por exemplo, a ideia de “deus mal” de René Descartes, a ideia de que a Ordem é fechada e, portanto, há uma perspectiva cética dos indivíduos entre si, relativamente à representação dessa Ordem, uma visão que se sustenta na ideia que o ponto de partida do intelecto é o desconfiar.

Uma visão contrária a essa está ancorada na ideia de que a Ordem é uma noção ampliada, inefável e infinita, relativamente à nossa capacidade intelectual de conhecê-la. A Ordem se abre e o horizonte da Ordem é um horizonte indeterminado, porque embora ela seja efetiva mediante as instituições que a representam, é indeterminada desde o ponto de vista da sua Ontologia, ou da Semântica dos mundos possíveis que evoca – ou seja, por ser aberta e indeterminada, o horizonte que a Ordem evoca é indeterminado, inefável e infinito. Assim sendo, a maneira como as Instituições manifestam essa Ordem depende do modo como a Liturgia – que caracteriza o conjunto de procedimentos que expressam essa Ordem num contexto local, seja sacerdotal, político e social –, terá de lidar com modos específicos para tornar presente (Representação), pelo menos, três canais de consciência e autoconsciência dos seres humanos na Sociedade e na História.

Para entendermos os seres humanos na História, devemos entendê-los em três níveis: indivíduo, sujeito e pessoa.

- 1) No primeiro nível lidamos com a experiência humana, o conjunto de atos mentais e reais que um ser humano desempenha ao longo da sua vida. É o nível mais irreduzível do ponto de vista material porque explicita nossa ação e abstenção histórica, isto é, **é nosso aspecto individual, a experiência é o recurso que nos vincula à realidade material.** Na experiência lidamos com aspectos que dizem respeito a nossa necessidade como o ser humano que somos. E quando lidamos no mundo da experiência, lidamos com bens que são necessários, em primeiro lugar, bens necessários para a nossa conservação, para a nossa sobrevivência, para nossas relações com os outros e para nossa manutenção de condição individual de vida na Terra e na História. Boa parte desses bens necessários, inclusive, são estudados pela Economia – ciência destinada a estudar isso de modo característico.

- 2) **A experiência sozinha não dá conta de explicar o Todo que é o ser humano, portanto, há um segundo nível que é o da existência.** É um nível que exige maior transcendência do que a mera experiência. No nível da existência passamos a ver a nossa condição de maneira análoga com os outros e fundamentalmente dotada de um sentido que a mera experiência não é capaz de dar. Na medida que me reconheço como ser existente, passo a me vislumbrar como um ser que transcende a sua condição material e que se vê em articulação com os demais e, sobretudo, com um fim dado para si, um fim que confirma o sentido da vida, um fim que se apresenta como transcendência e, portanto, mecanismo de alteridade da minha condição. Quanto mais persigo este fim, mais eu vou mudando.

- 3) Existe um terceiro nível, que está acima desses: o da cosmovisão. **O nível da cosmovisão corresponde ao nível do Todo, é aquele**

que, segundo o qual, eu vejo o mundo como o lugar do meu sentido de vida. Não estou no plano de vida e que me transcendendo, agora identifico o sentido que a minha vida tem em um *lugar de plenitude* – como diria o filósofo canadense Charles Taylor. **O lugar de plenitude, isto é, aquele lugar que eu postulo como o âmbito ideal de realização do meu sentido da vida.** Qual é o eu que persigo? Qual o meu eu ideal? Esse eu ideal vai formatar o conjunto de perspectivas que eu vou traçar no horizonte temporal da minha vida, e quanto maior for a proximidade com esse sentido de vida, mais sentido de vida eu encontro. Quanto maior a distância, menor é o sentido de vida que eu tenho. De modo que o sentido da minha vida será tanto maior quanto for a participação do meu modo de vida nessa visão de mundo e será tanto mais eficaz uma Liturgia que favorecer a uma livre participação do meu sentido de vida nesta visão de mundo que eu postulo. Faz parte das instituições sacerdotais apresentar os caminhos dentro de uma visão de mundo que eu escolho racionalmente perseguir segundo aquele processo litúrgico. Um exemplo: se sou católico, escolho os sacramentos e vou a missa como processo litúrgico para me aproximar de Deus. Se sou mulçumano ou judeu ou hindu, terei outra direção no meu processo litúrgico.

1.1 Fé

A Fé é um elemento necessário, mas é um elemento que exige o acompanhamento da Razão natural pelo fato de que não temos a visão da Ordem, mas sim o conhecimento da Ordem – o que é muito diferente. E por que não temos a visão da Ordem? Só a Fé não basta. Precisamos de um outro algo que esgote as exigências que a Razão natural postula, para, depois de esgotá-las, fornecer à Fé os elementos

necessários para a sua completude no horizonte da nossa vida como seres humanos. Se fôssemos anjos, não precisaríamos disso, pois teríamos a visão direta de Deus e isso não seria necessário. **Por não ter a visão da Ordem, precisamos de um acompanhamento da Razão natural – por isso que, em favor da Teologia, sobrevém a Filosofia, especialmente a Metafísica e a Lógica.**

1.2 Doutrina do Sinal

Em socorro da Doutrina dos Sacramentos, vem a Doutrina do Sinal, que é a Doutrina do Signo, da Linguagem, que é a Semiótica. Na Idade Média, toda a investigação sobre os sacramentos começa numa investigação sobre o signo. Em *Os Livros das Sentenças*, de Pedro Lombardo, o quarto livro, em que ele lida com o Sacramento, lida em primeiro lugar com a Doutrina do Signo – e a mesma coisa fizeram os seus comentaristas: São Tomas, Duns Escoto, São Boaventura, São Alberto, etc., e os da escolástica ibérica posterior também. Ou seja, **toda doutrina litúrgica do Sacramento é precedida por uma investigação filosófica sobre as condições dos significados, o que demonstra que toda a Liturgia requer certas etapas – do ponto de vista das instituições sacerdotais, para bem desempenhar a tarefa de tornar os seres humanos que abraçam um modo rico e profundo de participação na Ordem. Etapas essas que começam na experiência, vão pra existência e dela pra visão de mundo. Etapas que começam na Economia, transitam para a Sociologia e dela para a Filosofia Política. Do eu para nós e do nos para o Todo.**

2.0 Lei e Decisão

Assim como as instituições sacerdotais desempenham um caráter procedimental litúrgico que favorece ou não a isso, dependendo do seu

esquema procedimental, nas Instituições políticas acontece algo semelhante. Qual é a Liturgia das Instituições políticas? **A Liturgia das Instituições Políticas orbita entorno de 2 pontos: a Lei e a Decisão. A Lei é o objeto da Ciência do Direito, a Decisão é o objeto da Ciência Política. Dessa maneira, a Liturgia das Instituições representativas requer um vínculo entre o Político e o Jurídico, entre a Lei – a previsibilidade – e a Decisão – decidibilidade, ou concreção. A Lei, no caso, é uma abreviatura da Ordem, regula os atos humanos que, quando não bem regulados, exigem uma segunda postulação chamada Decisão para reincorporar as ações humanas dentro dessa Ordem.**

2.0.1 Solicitude e Convite

A Liturgia das Instituições Representativas traz para nós um horizonte que é dúplice, um horizonte de Solicitude – solicita a Ordem dos seres humanos – e, ao mesmo tempo de Convite, pois essa Liturgia convida os seres humanos a viver segundo essa Ordem. A Solicitude e o Convite serão tanto mais eficazes quanto seja a abertura dessa Liturgia – Lei e Decisão – para a experiência, existência e a cosmovisão.

A cosmovisão das Instituições Representativas será distinta da cosmovisão abraçada pelas Instituições Sacerdotais, porque o aspecto de Ordem com a qual elas lidam, é aberto e indeterminado e mais atinente a Ordem da sociedade da qual se fala, com todas as suas vicissitudes, reclames e particularidades, de modo que nesta Ordem social existe algum um aspecto que é universal e algum aspecto que é próprio delas. Aquilo que é mais próprio delas estará mais próximo daquilo que é próprio dos bens da experiência e da existência, e aquilo que é o mais universal nelas estará mais próximo da existência relativamente a cosmovisão. E porque estará mais próximo da existência da cosmovisão, terá um caráter

maior de universalidade – por exemplo, em todas as instituições políticas sempre está presente o Direito e a Decisão na História da humanidade. Antes do código de Amur Abi, inclusive. Ainda que fosse vocal, o código era Direito porque a própria ideia de estabilidade de uma sociedade depende da Lei, a Lei é uma imagem da estabilidade que é uma parte dessa Ordem e um predicado dessa Ordem.

Na História, a busca da Ordem coincide com a busca dessas distinções no âmbito da Liturgia das Instituições sacerdotais e no âmbito da Liturgia das Instituições políticas representativas. **Quanto maior for o grau de consciência de uma Liturgia civil político em distinguir adequadamente esses três níveis, e articulá-los ou articular os bens de cada um dos quais com a Lei e a Decisão, maior sucesso terá um regime político ao longo da História.** Por que normalmente algumas civilizações duraram mais tempo? Por que a civilização romana durou tanto tempo? Porque o caráter específico dessa Solicitude e desse Convite trazia modos concretos e especiais de expressão da Ordem no campo atinente às experiências humanas, à existência humana e a cosmovisão compartilhada dos seres humanos naquele local. É precisamente o que chamamos de vínculo da experiência com a existência de **Cultura**. E o que veicula a existência a cosmovisão se chama **Civilização**.

A Cultura é o ponto de partida da Civilização, mas a Cultura sozinha não explica uma Civilização, porque uma Civilização exige, para a sua adequada explicação, todo o conhecimento desse *background* das Instituições e dos modos de expressões da Ordem em cada âmbito específico da existência humana – seja no âmbito política civil ou seja no âmbito sacerdotal ou espiritual.

2.1 Projeto Gnóstico: Totalitarismo

O projeto gnóstico está em primeiro reconhecer que um ou alguns indivíduos ou todos os indivíduos são deuses e, portanto, capazes de

determinar o que é a Ordem. Se assim são considerados, esses indivíduos estão autorizados a determinar um estado de beatitude padrão para toda a humanidade de modo que o sentido da vida deles se torna o sentido da vida da História. **E porque o sentido da vida deles é o sentido da História, cabe a eles, e não aos outros, dirigir os demais seres humanos na História para o fim da História - e eis que surge o Totalitarismo.**

O cume do pensamento gnóstico está precisamente em confundir o que é inteligível na Ordem com o que não é inteligível na Ordem, gerando uma espécie de confusão mental que resulta numa incapacidade de distinguir adequadamente as Instituições, nos âmbitos a que elas fazem alusão, liturgicamente, e os bens que cada qual persegue, sejam úteis e necessários ou inefáveis. O resultado disso é uma confusão caótica absoluta.

No fundo, todo projeto do gnosticismo acaba sendo uma superlativação da Ordem para gerar o caos, por isso, os gnósticos da Antiguidade assumiam que a Ordem e o caos estavam conjugados e que o caos não era sucessivo à Ordem. **Há uma enorme dificuldade na tradição gnóstica em reconhecer a Ordem como o princípio de todas as coisas, porque seria reconhecer a sua ininteligibilidade nos limites e, portanto, o seu caráter inefável e indeterminado.** A passagem do Gnosticismo antigo para o Gnosticismo moderno consistirá precisamente no modo como os gnósticos modernos entendem esse lugar de plenitude, esse paraíso ao ser alcançado na História, cujo nome atual é Totalitarismo.

Nazismo: Toda Filosofia Política nasce atrelada a uma Antropologia, e o modo como simboliza-se a concepção da natureza humana dirá sobre como um regime político se estabelecerá. Karl Kraus explicita como começa o Nazismo, o *lebensborn*, a supremacia racial, a ideia de que existe um estado de perfeição corpóreo que é atingido por alguns seres

humanos e esse padrão daria base para a eugenia até chegar a ideia de um povo eleito artificialmente. Toda a simbolização da Ordem foi mascarada por um artifício perverso, que gerou o Nazismo, ao propor uma nova Ordem baseada numa Antropologia – num ideal de ser humano que está separado dos demais – do *homo sacer secular*, que não tem veículos com a Ordem sobrenatural, mas com a Ordem gnóstica e totalitária.

“A ruína da civilização é o preço da troca do mito”: a formação e a genealogia do Mito dirá sobre a sua permanência Histórica. A fábrica de um mito é um ato intelectual que terá de lidar com padrões que o tornem proporcional e adequado ao modo real de vida humana – experimental, existencial e divisão de mundo. Ao desconectar essas coisas, não tem como distingui-las e há uma confusão, o que leva o mito secular a dar lugar a mentalidades perversas.

Deuses de si mesmos: A ideia da Liderança está sempre presente na sociedade humana, mas ela pressupõe determinadas virtudes, requer isso. O líder precisa ser magnânimo, magnificente, prudente, justo, temperante, corajoso, ordenado, providente, dócil, sagaz, arguto. Um líder sem essas Virtudes tende a enxergar o mundo segundo a sua cabeça e não com a Realidade. Dentro do pensamento gnóstico, o mundo governado por alguém que fosse líder de uma seita gnóstica, exemplo, Ario pudesse governar o mundo na sua época, onde chegaríamos? Qual a diferença disso no mundo antigo para o moderno? No antigo existem grupos que não tinham repercussão no todo e a ideia de Império mitigava o poder desses grupos. No mundo moderno, a ideia de Império foi abolida e você tem, em seu lugar, a delimitação territorial, que é o que compõe o Estado e a burocracia estatal. Isso gera uma espécie de divisão formal das instituições liturgicamente políticas em relação a vida civil e, na ausência de um compromisso destas com as escalas e bens humanos, há uma tendência em reificar os seres humanos segundo um critério pré-

determinado – laço social, lugar na Política, no Parlamento, círculo de influências, etc. – você é aonde você está para o Todo. Você pode ser burguês, aristocrata, ... exige-se o reconhecimento, pois todos são deuses de si mesmos. Há uma compreensão líquida da Ordem e esta não fornece padrões objetivos de reconhecimento, por isso, há uma luta por conhecimento, que é o que vai determinar a condição dos seres humanos nessa sociedade contemporânea. Não importa quem eu sou substancial ou biograficamente, mas quem eu sou socialmente e como os outros vão me reconhecer. Há um ceticismo em relação a capacidade cognitiva e intelectual, porque todos são deuses de si mesmos e não há mais Ordem ou padrões, ou bens hierárquicos. Tudo é suplantado para dar vazão a essa patologia mimética que é a de formar uma personagem que é você perante os outros e não mais você mesmo.